

PMDB recua e Ulysses deve permanecer na presidência

Janio de Freitas

Os números da inverdade

A maneira do encontro sigiloso aqui revelado, ao fim do qual os economistas Pérsio Arida e André Lara Rezende recebiam do presidente Sarney a encomenda de um novo plano de estabilização econômica, novas conversas continuam reunindo as mesmas personagens, sempre à noite, no Palácio Alvorada e com as precauções recomendadas pelo máximo de discricção, segundo o desejo presidencial. Não há vestígio de que o ministro Funaro tenha participado de qualquer destes encontros, nem deles tenha conhecimento oficial.

O efeito de tais conversas sobre o otimismo presidencial pode ser avaliado pelo recente anúncio, da lavra do próprio Sarney, de que o Plano Cruzado vai ressurgir "mais forte e mais enérgico". A julgar pelo que se seguiu no discurso, o presidente acenava menos com esperanças do que com a ameaça de novo milagre dos números inverdadeiros. Porque a estes, que se supunha engavetados, voltou com a mesma falta de fundos e a mesma prática de desinformação deliberada, que terminaram descaracterizando o Plano Cruzado, ao levá-lo de suas intenções econômicas a mero instrumento de fins político-pessoais.

Voltou o presidente à história dos 33 milhões de novos consumidores incorporados ao mercado pelo Plano Cruzado, graças ao fato de que "demos (lá eles) 30% de aumento de salários para as classes mais baixas".

Assim como não há quem não duvide ou não tenha duvidado do IBGE, embora suas estrepolias jamais tenham chegado ao estratosférico nível presidencial, também não há quem ousasse minimizar a seriedade retílinea dos números levantados pelo Dieese. Pois então há

números desta entidade, integrantes de um levantamento concluído em fevereiro, para verificar-se até onde vão os milagres do Plano Cruzado e da aritmética presidencial.

Entre o lançamento do Cruzado e novembro, quando a equipe do ministério da Fazenda o exterminou, os metalúrgicos de São Paulo, foram, dentre todos os assalariados, os que obtiveram maior ganho salarial de fato. E nem eles chegaram aos tais 30%; seu ganho foi de 3,5% — extirpado pela inflação já nas primeiras semanas de dezembro, quando a nova voracidade inflacionária devolveu-os à ralé da perda salarial.

Houve quem avançasse nos ganhos profissionais em 86, é verdade. Foram os empresários, que aumentaram em 22% o seu "pro-labore", ou seja, a retirada mensal a título de remuneração por seu trabalho e independente do recebimento de lucros. E foram, ainda, os profissionais autônomos (médicos, dentistas, bombeiros, advogados e outros), que aumentaram seus serviços em 30%. Eis, então, o que foi a tal "distribuição de renda sem precedentes".

E os 33 milhões de novos consumidores merecem outro pequenino reparo. É que em 86 aquele tão propalado "fim de desemprego", que se somou ao tal "aumento de 30% dos salários" para criar os 33 milhões, na verdade resumiu-se a seiscentos mil empregos novos ou reabertos. Crescimento tão grande da oportunidade de trabalho, que, no final das contas, ofereceu apenas seis mil empregos a mais do que os criados ou reabertos em 85, antes do milagreiro Cruzado.

Pode ser que o presidente não ressuscite o Plano Cruzado. Mas a inverdade já está ressuscitada, com sua criação mais diletta na política — a demagogia.

Do enviado especial a Brasília

Apesar das pressões em contrário, o deputado federal Ulysses Guimarães (SP) deverá mesmo continuar como presidente nacional do PMDB. Os peemedebistas que defendem o licenciamento temporário de Ulysses de seu cargo já começam a aceitar esse fato. Uma última tentativa de rediscutir o assunto ocorrerá na próxima quinta-feira, às 10h, em reunião da Executiva Nacional do PMDB.

O temor de que o desgaste da imagem de Ulysses acabe prejudicando o partido, em vez de beneficiá-lo, já permeia até os que defendem uma renovação na cúpula partidária. É o caso do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do PMDB no Senado. Ontem, ele disse que será pouco provável o afastamento de Ulysses da presidência do partido.

Cardoso reconheceu que a vitória do senador Mário Covas (SP) na disputa pela liderança do partido no Congresso constituinte, na semana passada, fortaleceu os defensores da licença de Ulysses, mas observou: "No PMDB é assim, uma no carvo, outra na ferradura". Ou seja, o partido não se arriscaria a impor duas derrotas seguidas a Ulysses (a primeira foi com a eleição de Covas, já que o candidato de Ulysses era o deputado Luiz Henrique).

Segue esse raciocínio o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), um dos líderes do grupo "pró-soberania" do PMDB. Britto e Cardoso temem que o desgaste de Ulysses crie, dentro do PMDB, um vazio impossível de ser preenchido por qualquer outra liderança. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), um dos adversários de Ulysses dentro do partido, também foi reticente, ontem, sobre a hipótese de licenciamento. Disse que a decisão só depende de Ulysses e que há pouco a fazer.

Pedido de licença

Ulysses já declarou que não se licencia e nem quer falar sobre o



Mário Covas (à esq.), defensor da licença, acompanha o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, na Câmara

assunto. Ontem à tarde, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, negou até que houvesse pressões para seu licenciamento, dentro do PMDB. "Pressões, que pressões?", perguntou. E quando o repórter citou parlamentares que defendem sua saída da presidência, Ulysses saiu pela tangente. "Me dá licença para não falar de licença", afirmou, encerrando a entrevista.

Segundo o senador Mário Covas,

líder do PMDB na Constituinte, a licença de Ulysses poderá ser discutida, quinta-feira, na reunião da Executiva. Covas é um dos principais defensores dessa medida. Ulysses Guimarães, porém, disse que a reunião da Executiva tratará apenas da substituição do primeiro e do segundo vice-presidentes do partido — Pedro Simon e Miguel Arraes, que tomaram posse como governadores do Rio Grande do Sul e Pernambuco, respectivamente.

Segundo Cardoso, o mais provável é a substituição normal daqueles cargos, conforme prevê a hierarquia da Executiva, sem o afastamento de Ulysses. Neste caso, o atual terceiro vice-presidente, senador Afonso Camargo (PR), assumiria a primeira vice. Sucessivamente, a segunda e a terceira vice seriam preenchidas pelos atuais vogais da Executiva, deputados Francisco Pinto (BA) e Roberto Cardoso Alves (SP). (Alexandre Polesi)

Moreira Mariz